

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE DISPUTA NA CONSTRUÇÃO DE CONSENSOS SOBRE O MODELO DE PRODUÇÃO PARA O CAMPO BRASILEIRO

*SCHOOL AS A SPACE FOR DISPUTE IN THE CONSENSUS CONSTRUCTION ON THE PRODUCTION
MODEL FOR THE BRAZILIAN COUNTRYSIDE*

JACKELINE SILVA ALVES¹

RESUMO

Historicamente, a educação ofertada às populações que vivem e trabalham no campo brasileiro tem sido objeto de contradições e não raro o processo de escolarização dos filhos da classe trabalhadora no campo e na cidade, associados a preparação de força de trabalho necessária aos processos produtivos. A Legislação Educacional, ao abrir possibilidades para as parcerias público-privadas, tem tornado as escolas espaço de disputa por Programas Educacionais oriundos do grande capital.

Palavras-chaves: Consenso; Escolas; Público-Privada.

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa parto do pressuposto de que a Educação não é neutra e que ela está sim comprometida com um projeto de sociedade, embora discursos oficiais e até mesmo os currículos estejam revestidos de uma pseudoneutralidade, e até reforcem no plano discursivo a importância de uma educação emancipatória e de qualidade.

Saviani (1996) destaca que a escola pública é filha da sociedade moderna, urbana e industrializada. Ainda nessa direção o referido autor ressalta a escola como *locus* do saber sistematizado e que passou a ser a forma principal de educação. Sabiamente o referido autor nos alerta que na modernidade a educação escolar tonou-se a forma principal de educação, "Assim, hoje, quando pensamos em educação, automaticamente pensamos em escola. É por isso que quando se levantam bandeiras em prol da educação, o que está em causa é o problema escolar". (1996, p. 157)

Em decorrência das transformações econômicas provocadas pelo processo de globalização econômica e da reestruturação produtiva do capital, o Estado brasileiro promoveu durante a década de 1990 importantes mudanças no arcabouço normativo da educação brasileira. Por isso as políticas educacionais foram reorientadas, em vista de atender as demandas impostas pelo capital. Associada com a possibilidade de os indivíduos acessarem

¹ Docente do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Sul – sede Morrinhos. E-mail: jackeline.alves@ueg.br

o mercado de trabalho, a função primeira da educação seria preparar força de trabalho. Mesmo sendo declarada como um direito social no Artigo 6º da Constituição Federal Brasileira, a Lei nº 9394/96 é que regulamenta o Sistema Educacional Brasileiro e a mesma abre lacunas sobre possibilidades para as parcerias público-privada, no que tange à oferta desse 'direito' social.

A pesquisa buscou compreender as contradições que permeiam o Programa de Responsabilidade Social Agrinho, programa este desenvolvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) em parceria com a Federação da Agricultura e Pecuária (FAEG) do estado de Goiás na oferta da educação no campo e na cidade em Goiás, identificando as concepções pedagógicas e metodológicas que embasam o Programa; as práticas educativas orientadas pelo mesmo; a relativização do papel do professor na mediação do processo de construção do conhecimento pelo aluno; destacando ainda, o papel do Agrinho na elaboração dos conhecimentos escolares acessados pelos filhos da classe trabalhadora do campo e da cidade. Conceitos e estratégias utilizados para a construção do conhecimento na perspectiva defendida pelo Programa se alinham aos interesses de reprodução do capital, difundindo a importância do agronegócio como modelo produtivo e de desenvolvimento viável para a totalidade do campo brasileiro.

A importância desta pesquisa, se justifica diante da necessidade em compreendermos as contradições que atravessam a oferta da educação pública brasileira, lançando luz sobre a forma sutil e aparentemente bem intencionada como que os Programas Educacionais de Responsabilidade Social gestados e desenvolvidos por empresas, instituições e fundações aliadas ao grande capital, dão materialidade no espaço das escolas públicas por todo o Brasil de ideias, valores e ideologias que lhes são próprios.

Metodologia

Para responder os objetivos delineados para a investigação, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento e revisão de fontes teóricas (livros, teses, dissertações, artigos científicos, entrevistas em periódicos etc.) junto a autores que têm se debruçado a pesquisar os temas: Educação rural; Educação no Campo; Educação Profissional; Empresariamento da educação no campo; Concepções Pedagógicas; Agronegócio e Educação; Parcerias Público-Privadas na Educação; Terceiro Setor etc. Pesquisa documental junto a (Leis, Normas, Decretos e Resoluções Federais, Estadual e Municipal) que disciplinam o tema. Participação no Curso de Formação de Agentes Educacionais deste Programa, Edição 2019 e 2020 (Anexos A e B), curso este que foi realizado em Ambiente Virtual de Aprendizagem. Levantamento de dados qualitativos junto a Coordenação Técnica SENAR Goiás (equipe responsável) pelo desenvolvimento do Programa, visando compreender a materialidade do Programa no contexto goiano. Como referencial bibliográfico para análise do Programa Agrinho foi utilizado o material disponibilizado no Curso de Formação Inicial de Agentes Educacionais, o Projeto Político Pedagógico do Programa Agrinho (SENAR/FAEG, 2019), Regulamento do Programa Agrinho (SENAR/FAEG, 2019), materiais disponibilizados sobre o Programa no AVA, sobretudo vídeos, e ainda a obra "Alguns Fios para Entretecer o Pensar e o Agir".

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Os Programas Educacionais de Responsabilidade Social são reflexo e materialidade do desdobramento das reformas neoliberais empreendidas no âmbito da Educação e das políticas educacionais orientadas por tais reformas. Tais Programas têm sido direcionados também ao atendimento da educação que se realiza no campo brasileiro, como é o caso do Programa de Responsabilidade Social Agrinho desenvolvido pelo SENAR em parceria com a FAEG.

Importante considerar que a *Educação do Campo* constitui-se uma modalidade de ensino que ocorre nos espaços rurais brasileiros, pensada por e a partir de seus sujeitos, com forte participação dos movimentos sociais ligados ao campo, enfatizando aqui a participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) que em “estado de luta” e de forma organizada, passam a requisitar do Estado a formulação de políticas públicas para garantir o direito de acesso e permanência da população que vive e trabalha no campo, a escolarização em seus territórios. Portanto, um projeto específico de educação, considerado pelos intelectuais orgânicos ligados ao movimento *Por Uma Educação do Campo* um projeto de educação contra hegemônico, pensado por e a partir de seus sujeitos e a partir das realidades nas quais se inserem. Diante do exposto, um projeto de educação bastante particular e que destoa de Programas Educacionais formatados por Instituições, Empresas e fundações ligadas ao grande capital. A isso soma-se o fato de que o campo brasileiro é também diverso, muitas são as suas singularidades sobre as formas de existir e produzir nestes espaços.

Segundo concepção desenvolvida pelo Setor de Educação do MST a função social da escola e o papel a ser desempenhado pela educação, deve transcender a mera instrumentalização do indivíduo, ou seja, prepará-los para saber ler, escrever, fazer cálculos e desenvolver habilidades e competências úteis aos interesses do empresariado, portanto, ajustados a divisão social do trabalho. O movimento faz a defesa de um projeto de educação e de escola que possua função política e ideológica, que dê conta de preparar os sujeitos para compreenderem questões complexas da realidade e que os prepare para a transformação desta. Logo, para o enfrentamento de problemas concretos, como por exemplo a concentração fundiária no Brasil, é preciso compreensões mais amplas das contradições que conformam a própria história da ocupação do território, identificando as múltiplas contrassensos que se mesclam a este processo. Em outras palavras, espera-se uma escola e uma educação que prepare os indivíduos para o trabalho, mas, que também os possibilite compreender os processos históricos que deram materialidade à realidade concreta, que é essencialmente contraditória.

Mesmo reconhecendo os avanços alcançados para a *Educação do Campo* ao longo das últimas décadas, torna-se urgente refletir sobre as contradições decorrentes das políticas educacionais de cunho neoliberal. Estas, tem pautado a orientação de políticas e programas educacionais que incidem também sobre a educação que tem sido ofertada à população do campo. D’Agostini e Vendramini (2014, p. 3101) ressaltam que nos últimos anos, discursos dos setores privados e empresariais juntaram-se a outras organizações e instituições em defesa da educação, da *Educação do Campo* e do desenvolvimento sustentável. É diante desse contexto, que os programas educacionais de responsabilidade social, se robustecem, sob forte apelo de estarem contribuindo para melhorar a qualidade da educação.

De acordo com o SENAR/FAEG (2019) constituem-se como objetivos do Programa Agrinho, promover práticas pedagógicas; despertar juntos aos participantes (alunos, professores e gestores escolares) iniciativas empreendedoras; contribuir para a formação integral do cidadão; contribuir para a formação de alunos e professores pesquisadores, como

realizadores de sua história atual; promover maior integração entre escola, professor, alunos e comunidade; *difundir aspectos relativos ao agronegócio na comunidade escolar, primando pela sustentabilidade e qualidade de vida.* (Grifo meu)

Dentre os objetivos elencados, observa-se o estímulo ao desenvolvimento de iniciativas empreendedoras por parte da comunidade escolar e demais participantes (SENAR/FAEG, 2019). Cabe aqui reflexões. Tendo em vista o público ao qual é direcionado o Programa, entendemos que o desenvolvimento de práticas educativas e de iniciativas empreendedoras se ajustam à lógica neoliberal, obedecendo à lógica produtivista e mercantil que caracterizam a qualidade no mundo dos negócios e que de forma sutil, vais sendo transposta para o âmbito educacional. Na educação o empreendedorismo acaba moldando a concepção dos sujeitos sobre questões bastante complexas, desenvolvendo habilidades necessárias para se adaptarem a situações que vão sendo postas para o mundo do trabalho, diante de um contexto de desemprego estrutural, ou de trabalho precário. Por conseguinte, os sujeitos são estimulados a desenvolverem atitudes e mentalidade empreendedora, a desenvolver a capacidade criativa, adaptarem a situações novas (flexibilidade), a inovarem e ainda desenvolver soluções para situações problemas.

Nas entrelinhas de textos utilizados pelo Programa, é possível verificar a defesa do Estado mínimo, sugerindo o empreendedorismo como alternativa para alavancar o crescimento da economia. Foi possível também constatar que de modo perspicaz categorias/conceitos que são utilizados no âmbito da Administração e da Economia e que são usualmente utilizados no interior dos processos produtivos, tais como: *competição; flexibilidade; competitividade; mercado; eficácia; eficiência; equidade; concorrência; meritocracia; desenvolvimento; autonomia; criatividade; liberdade*, são incorporados e reproduzidos no campo educacional, sob forte apelo em contribuir para melhorar a qualidade da educação ofertada aos filhos da classe trabalhadora. Entretanto, não se coloca em questão as condições objetivas em que a mesma se realiza.

Em âmbito global os anos de 1980/1990 foram marcados por intensos debates no pensamento filosófico e científico, decorrentes das transformações políticas, econômicas e culturais em curso. Com isto, sob forte influência do pensamento pós-moderno surgiram outros enfoques para a interpretação da realidade, o que evidenciou as concepções pedagógicas que passariam a orientar os processos educativos a partir de então.

A epistemologia que ancora tais concepções teóricas supervaloriza o subjetivismo, a empiria, a vivência do indivíduo enquanto fazedor de sua história atual, silencia os processos históricos que dão materialidade e concretude à realidade, evita-se assim, as contradições. Nessa perspectiva, formulam-se novas categorias e conceitos sob pretexto de apresentar resoluções para problemas complexos e para compreender a dinâmica da sociedade (capitalista), diga-se de passagem.

O Programa de RS Agrinho foi criado em meados da década de 1990 sob o pretexto de contribuir para melhorar a qualidade da educação, e com forte apelo ao trato das questões socioambientais, notadamente sobre o manuseio de agrotóxicos por trabalhadores rurais. Ao investigarmos as concepções pedagógicas e metodológicas que embasam o referido Programa, as perspectivas de aprendizagem que o orienta, os conceitos que mobiliza, bem como a forma como as ações desenvolvidas no seu escopo se materializam junto à comunidade escolar (gestores, professores, alunos e comunidades diretamente atendidos), evidencia-se que sob uma pretensa capa de neutralidade.

O Programa favorece a efetivação de consensos junto ao público diretamente atendido (alunos, professores e comunidade em geral) sobre o modelo produtivo e de desenvolvimento econômico orientado pelo agronegócio como modelo viável e aplicável a todas as realidades do campo brasileiro. Negando, desta forma, as contradições históricas que perpassam a sua totalidade, bem como as próprias contradições sociais e ambientais decorrentes deste modelo de produção.

Portanto, o Programa ao se orientar por concepções pedagógicas e metodológicas que negam a importância da compreensão dos processos históricos que dão materialidade à realidade concreta, não permite aos indivíduos atendidos, desenvolver um pensamento crítico e que desvele as múltiplas contradições inerentes à sociedade capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

À guisa de conclusões, podemos dizer que a disseminação do ideário capitalista junto à educação que se realiza no campo continua se ampliando em outras frentes, como forte reação do capital às propostas da Educação do Campo, pleiteada e forjada com a participação dos trabalhadores do campo. De forma sutil a educação pública provê a efetivação e consolidação desse projeto societário ao difundir junto ao público diretamente “beneficiado” ideologias, valores e concepções de mundo que são defendidos pela Instituição promotora do Programa Agrinho, de interesses das empresas capitalistas ligadas ao setor do agronegócio, por instituições financeiras ligadas a este setor, e até mesmo por instituições educacionais que apoiam programas educacionais desta natureza.

Portanto, não interessa aos agentes diretamente envolvidos com o Programa lançar luz sobre as contradições que envolvem o modelo produtivo e econômico orientado pelo agronegócio, em virtude do grau de dependência deste com a utilização de agrotóxicos na produção de *commodities*, o volume de capital que movimenta, e os interesses que defendem os produtores rurais.

REFERÊNCIAS:

D’AGOSTINI, A.; VENDRAMINI, C. R. Educação do Campo ou Educação da Classe Trabalhadora? A perspectiva do empresariado, do Estado e dos Movimentos Sociais Organizados. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 299-322, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>. Acesso em: 09 abr. 2019.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, C. J. et al. (org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1994.

SENAR GOIÁS. **Projeto Político Pedagógico Agrinho 2019** – Cresce o campo, cresce a cidade: com saúde e sustentabilidade. 12. ed. 2019, Goiânia, Jan. 2019. Disponível em: <http://sitemafaeg.com.br/faeg/programas-e-servicos/agrinho>. Acesso em: 03 fev. 2019.